



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
10, 11 e 12
de junho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 12 / 06 / 2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Abastecimento alternado de água gera queixas na orla marítima de São Luís

Água nos canos agora só dia "sim" e dia "não", prejudicando banhistas e proprietários de bares; tradicional chuveirada após um banho de mar nem sempre é possível

A parte os problemas já conhecidos, como a questão da poluição do mar, proprietários de bares da orla marítima de São Luís ganharam mais uma dor de cabeça. Agora é o sistema de rodízio de água, inaugurado naquele trecho da cidade pela Caema. O fornecimento reduzido (dia "sim" e outro "não") está gerando reclamações de banhistas, principalmente turistas, prejudicados ao procurarem os chuveiros após o banho de mar ou a prática de esporte na areia.

Quem ouve as reclamações são garçons e gerentes dos bares, bastante prejudicados em seus estabelecimentos. "Estamos enfrentando esse sério problema de água aqui e muito nos preocupamos, pois aqui é a principal área de turismo da capital e não temos o mínimo que todas as capitais turísticas têm. Já recebemos várias reclamações por causa dos chuveiros, que só recebem água dia 'sim' e 'dia não'. Eles correm para cá para saber o motivo", lamentou Carlos Ribeiro, proprietário do Bar Normandie, no perímetro do Calhau.

Ainda conforme o proprietário do Normandie, várias tentativas de comunicação com a Caema não surtiram efeito, o que só resultou em acúmulo de protocolos. "Ainda por cima, o atendimento é feito em im-



Chuveirada na praia só será possível em dias alternados, por causa do rodízio do abastecimento

peratriz, e lá eles nem sabem onde fica a Avenida Litorânea".

Chuveirada

Para os banhistas, o problema da água é sério e inadmissível. Após um mergulho, a primeira coisa que muitos procuram é tomar uma chuveirada, para tirar o sal do corpo, além de se refrescar com água potável. "Água é o mínimo que precisamos ter aqui. Os turistas reclamam mesmo e ficamos com vergonha. Eles saem com uma péssima impressã-

da cidade. É complicado, realmente", disse Maria Amélia Alaide Rios.

Banhistas também alertaram para a falta de iluminação

que trabalha como cuidadora de idosos e frequenta as praias praticamente todos os fins de semana.

Além da água, há também o pro-

blema da falta de iluminação em alguns trechos da orla, onde as luminárias quebradas não são repostas, facilitando a ação de marginais. Alguns bares lá foram roubados por causa disso. "Um bar aqui perto foi invadido à noite, justamente porque as condições de iluminação favoreceram. Em alguns, os proprietários colocaram em luminárias pro corta própria, dentro dos estabelecimentos, com o foco em direção à área externa", comentou o vendedor de água de coco Jânio Martins. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cadáver de motociclista é encontrado, baleado, às margens da rodovia BR-316

DIVULGAÇÃO

Policiais da região de Araganã e Nova Olinda, noroeste do Maranhão, foram acionados e se deslocaram, no início da tarde deste domingo (11), para o KM-165 da BR-316, a fim de atender uma ocorrência de homicídio de um motociclista que trafegava pela rodovia.

A Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar se deslocaram até o local onde o corpo foi encontrado estendido no asfalto e começaram a trabalhar no caso. A motocicleta que conduzia a vítima permanecia no local. A equipe da PRF, ao desembarcar da viatura, logo percebeu a perfuração nas costas provocada por disparo de arma de fogo. A PRF entregou a investigação para a Polícia Civil em Araganã, que fez os levantamentos no local e removeu o corpo da vítima. Nenhuma hipótese está descartada pela polícia, que vai investigar para tentar descobrir o autor e o motivo do homicídio.



O corpo do motociclista foi encontrado por populares às margens da BR-316

A princípio, ninguém viu o crime. A falta de documentação dificultou o reconhecimento do rapaz, que, conforme informações levantadas em Nova Olinda, fazia serviços de conserto de fogão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 12 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Trio é capturado em carro roubado após perseguição no centro de São Luís

Após uma perseguição registrada na região central de São Luís, na noite de quinta-feira (8), três homens foram presos no interior de um veículo modelo Fiat Punto preto, que havia sido roubado na tarde anterior. O grupo já tinha feito diversos assaltos dentro do carro, em áreas distintas da cidade. Os policiais militares encontraram um revólver calibre 38 com os suspeitos.

O comandante da Companhia de Guarda Independente (CPGD), major Cristiano, informou que a viatura soube dos rapazes quando fazia rondas na Rua do Sol, sendo abordada por um homem, que disse ter sido vítima do grupo. Ao realizarem buscas, avistaram o carro Fiat Punto na Rua Jansen Muller, sendo que os suspeitos foram interceptados e revistados, resultando na apreensão do revólver, que continha três munições, e de objetos que teriam sido roubados no percurso.

Sobre o veículo, Cristiano contou que fora roubado por volta das 14h de quarta-feira (7), em uma lanchonete localizada no Maranhão Novo, em frente ao Shopping da Ilha. Na ocasião, o dono do automóvel resistiu ao ataque dos bandidos e ainda levou uma rasteira e uma coronhada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 11 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Governo economiza R\$ 10 milhões mensais com mudanças implantadas na Saúde desde 2015

Desde 2015, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) mudou a forma de contratação das Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips) e Organizações Sociais (OSs) que realizam o serviço de gestão de unidades de atendimento à saúde no Maranhão, avalia o secretário estadual da pasta, Carlos Lula. A Secretaria também tem trocado algumas das instituições terceirizadas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh). A primeira mudança ocorreu ainda no início de 2015, quando uma auditoria apontou que os institutos prestavam serviços sem um plano de trabalho que definisse metas de atuação. A modificação do plano de trabalho e a racionalização de custos permitiram os cortes nos valores dos contratos de até 30%. Segundo o secretário, outra mudança importante é que, até 2014, os institutos eram escolhidos por indicação da Secretaria. A partir de 2015, os institutos passaram a ser escolhidos por meio de uma seleção de projetos, em que apresentam propostas de atuação para a gestão das unidades de saúde. Até 2014, os funcionários dos institutos eram escolhidos por livre indicação dos gestores. “As contratações de funcionários agora são feitas por meio de processo seletivo, dando igualdade de condições e garantindo qualidade do corpo técnico”, afirma Carlos Lula. Emserh – Além de racionalizar a gestão das OSs e Oscips, a Secretaria de Saúde vem passando a responsabilidade da gestão de algumas unidades de saúde para a empresa pública estadual. Atualmente, a Emserh gerencia 37 unidades de saúde na capital e no interior do estado.



Carlos Lula: “Esse modelo inovador é uma aposta do governador Flávio Dino”

Entre elas, estão algumas que são referências em serviços especializados como o Hospital de Câncer do Maranhão, o Hospital Presidente Vargas, o Hospital Macrorregional de Coroatá, o Hospital Geral de Grajaú, o Centro Especializado em Reabilitação e Promoção da Saúde (CER) do Olho d'Água, entre outras. Além de qualificar o atendimento nas unidades, a Emserh tem conseguido aliar a eficiência no serviço prestado à economia. A empresa já rendeu para os cofres estaduais uma economia de 15 a 20% por unidade de saúde

administrada, traduzida numa economia mensal de dez milhões de reais.

“Esse modelo inovador é uma aposta do governador que tem dado certo. Além da economia, temos avançado com a implantação de processos e capacitação dos profissionais que trabalham nas unidades”, destacou a presidente da Emserh, Ianik Leal.

Este mês, a Emserh assumiu a gestão das unidades que eram até agora geridas pelo Idac, oscip que teve o contrato rescindido esta semana, após seus dirigentes serem detidos na 4ª fase da operação Sermão aos Peixes.

Desvios – A operação da Polícia Federal desvendou uma série de desvios que foram perpetrados por Oscips que prestavam serviço à Secretaria de Saúde. ICN e Idac, juntas, elas tinham o mesmo modus operandi, segundo relatório da Polícia Federal. Somente o Idac teria desviado R\$ 18 milhões em saques de empresas de fachada que utilizavam parte da taxa administrativa.

Em 2015, o Instituto Natureza e Cidadania (ICN), por exemplo, foi a única OS das anteriores que permaneceu prestando os serviços por ter vencido dois grupos da licitação do concurso de projetos realizado pelo Governo do Estado.

O Idac, que não havia aparecido na operação, teve o contrato renovado em maio de 2015, quando uma licitação para contratação de serviços terminou deserta, sem a participação de outras empresas. “Nós agradecemos à Polícia Federal pelo trabalho de investigação, que desvendou esse sistema complexo de desvio de recursos públicos”, afirma o secretário Carlos Lula.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	11 / 06 / 2017	Página	9

Frequentadores da Praça da Misericórdia reclamam de aspecto sujo e de insegurança

EDILAYNE SOARES
ESPECIAL PARA O JP

Lixo, falta de conservação e de infraestrutura são algumas das situações encontradas na Praça da Misericórdia, situada em frente à Santa Casa, no centro de São Luís. A praça, que poderia ser um ponto de lazer e descanso, apresenta um estado de abandono e, conforme alguns frequentadores, está muito perigosa, pela falta de iluminação e presença de usuários de drogas.

Comerciantes e moradores, que preferiram não se identificar, relataram à reportagem do Jornal Pequeno que a praça encontra-se em total estado de descaso por parte do poder público, tendo muito lixo espalhado por toda sua extensão, inclusive restos de materiais de construção; falta de conservação dos bancos, muretas e calçamento. Além disso, existe a presença de muito mato e a falta de poda das árvores existentes lá.

Além da falta de limpeza e conservação, trabalhadores e pessoas que transitam todos os dias pela região reclamam da falta de segurança e ausência de policiamento. O taxista Alberto Carlos relatou que o posto que ele trabalha, localizado na praça, já foi arrombado por três vezes sendo levados eletrodomésticos, como TV, geladeira e outros pertences.

Outro taxista, Moisés Muniz, informou que, em virtude da falta de segurança e iluminação no



Mato alto e lixo são alguns dos problemas que causam reclamação entre as pessoas que frequentam a Praça da Misericórdia

local, o horário de serviço foi reduzido para até as 18h; pois, após esse período, com o escurecer, a região fica mais perigosa, principalmente devido à presença de pessoas estranhas. Moradores de rua e usuários de drogas também frequentam a praça, constantemente. Segundo populares, eles utilizam a fonte para tomar banho, usam a região da praça para fazer suas refeições e consomem entorpecentes em plena luz do dia. Além disso, comerciantes relatam que, às vezes, acontecem brigas entre os moradores de rua com uso de material cortante; tal situação faz com que os frequentadores fiquem cada vez mais receosos de permanecer

na área.

Ainda sobre a situação estrutural da praça, a equipe de reportagem observou que o calçamento encontra-se muito danificado e que existe a presença de veículos estacionados na região, que

obstruem a passagem dos pedestres; tendo estes que trafegar pela rua.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Projetos Especiais (Sempe) informou que a reforma da Praça da Misericórdia está garantida por meio do programa Pró-Cidade, que será realizada em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já o Comitê Gestor da Limpeza Urbana, da Prefeitura de São Luís, comunicou que realiza, diariamente, varrição e coleta de lixo na praça durante o turno da noite, e que o acúmulo de resíduos no local se dá em decorrência do descarte irregular.

Também por meio de nota, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA) informou que a segurança na área do Centro é feita constantemente com policiais em viaturas e motocicletas do 9º Batalhão da Polícia Militar (9º BPM). E que o policiamento é intensificado nos horários de maior movimento do comércio e nas praças.

Foi comunicado ainda que a polícia realiza rondas e incursões durante o dia e à noite, para coibir ações criminosas. A SSP informou que a PM vem adotando o policiamento ostensivo e preventivo na região, a fim de inibir assaltos e apreender materiais ilícitos como armas e drogas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	11 / 06 / 2017	Página	9
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Prefeitura remaneja famílias ocupantes do prédio 'Balança, mas não cai'

Maurício Alexandre

A Prefeitura de São Luís realizou, nesse sábado (10), o remanejamento das famílias ocupantes do prédio Santa Luzia, conhecido como "Balança, mas não cai", no bairro do São Francisco. A medida atende à decisão judicial determinada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos, em ação impetrada pelo Ministério Público do Maranhão, embasada no fato de que o local representa risco iminente de desabamento e de condições precárias de moradia. O ato antecede à demolição do prédio, que será realizada pela Prefeitura. Segundo o titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), Mádisson Leonardo Andrade, todos os moradores retirados do prédio foram remanejados a instituições acolhedoras, como a Casa da Acolhida Temporária, no Vinhais; incluídas no programa de Aluguel Social ou contempladas com unidades do programa 'Minha Casa, Minha Vida'.

"A ocupação irregular desse edifício mais uma demanda que a gestão municipal está solucionando, porque representa um perigo iminente tanto para os ocupantes como para a população dos arredores. Já estamos há cerca de dois meses realizando um grande trabalho de convencimento, dialogando com os moradores sobre os riscos de continuarem no local e repassando-lhes informações sobre seus direitos e deveres com relação ao seu remanejamento, para que tenham todo o amparo socioassistencial que precisam ter na sua locomoção", afirmou o secretário Mádisson Leonardo Andrade.

A retirada dos habitantes do "Balança, mas não cai" foi coordenada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e



Homens da Blitz Urbana auxiliam moradores na retirada dos móveis do 'Balança, mas não cai'

Habitação (Semurh), por meio da Blitz Urbana, em ação articulada com as secretarias municipais de Segurança com Cidadania (Semusc), por meio da Defesa Civil; Criança e Assistência Social (Semcas), Obras e Serviços Públicos (Semosp), Trânsito e Transporte (SMTT); Corpo de Bombeiros, entre outros órgãos. O prédio possuía 40 famílias e cerca de 60 pessoas vivendo no local. Todas foram previamente referenciadas pelo Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do São Francisco e cadastradas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e no Cadastro Único, para inserção nos programas governamentais de transferência de renda e habitação.

Segundo a coordenadora de Abordagem Social da Semcas, Marta Andrade, antes de executar o remanejamento das famílias do local, a Prefeitura realizou um criterioso trabalho de convencimento sobre a necessidade de evacuação do local. Reuniões e visita técnicas foram realizadas frequentemente ao local, nos últimos dois meses, com essa finalidade. A ação de remanejamento viabilizou ainda toda a logística para o transporte dos móveis e utensílios dos moradores do edifício, disponibilizando diversos caminhões-baús e carregadores para fazer o trabalho de remoção do material dos ocupantes do prédio. Vivendo no local a cerca de três

anos, Adriano Pinto Ferreira, 24 anos, é um dos moradores do "Balança, mas não cai" que será beneficiado com aluguel social. "Vivíamos aqui porque não tínhamos para onde ir, mas sabíamos que estávamos em perigo. Com o apoio que estão nos dando vamos conseguir viver bem melhor mesmo em outro lugar", disse ele. "Enfim, foi tomada uma decisão certa sobre a situação desse prédio que tanto medo nos causa. Apoio plenamente a ação de retirada das famílias desse edifício tão insalubre e perigoso. Muitos dos moradores, inclusive, são crianças e idosos que não podem viver desse jeito", disse Ângela Cordeiro, moradora do bairro São Francisco.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	11 / 06 / 2017	Página	05
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ricardo na mira da Justiça Federal

Ministério Público Federal denuncia ex-secretário estadual de Saúde por improbidade administrativa. Em 2011, empresas foram contratadas por R\$ 6,8 milhões

PAULO DE TARSO JR.

A Justiça Federal do Maranhão recebeu, nesta semana, ação civil contra o ex-secretário estadual de Saúde do governo Roseana Sarney, Ricardo Murad, e quer explicações sobre as acusações de improbidade administrativa ocorrida na gestão de Murad à frente da pasta em até quinze dias. A ação, proposta pelo Ministério Público Federal em 2016, apura a contratação irregular das empresas Oftalmo Day Clinic Ltda (Hospital da Visão do Maranhão) e Clínica Dr. José Afrânio L. de Moraes Ltda, para efetuar serviços médicos especializados em oftalmologia no ano de 2011.

O inquérito civil foi instaurado para apurar três contratos realizados com as empresas. De acordo com o MPF, os contratos somam R\$ 6.833.657,78 por meio do procedimento licitatório de credenciamentos direcionados. Ainda segundo o documento elaborado pelo Ministério Público Federal, a Secretaria de Estado da Saúde, sob a gestão de Ricardo Murad, utilizou recursos federais repassados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FaeC) para realizar a contratação das empresas.

No Credenciamento nº 001/2011, foi feito dois contratos: um no valor de R\$ 923.303,10 com a Oftalmo Day Clinic Ltda, tendo vigência de três meses, e outro com a Clínica Dr. José Afrânio L. de Moraes Ltda no valor de R\$ 846.425,00. Em seguida, foi feito o Credenciamento nº 002/2011 novamente com a Oftalmo Day Clinic Ltda. Neste contrato, que teve 12 meses de vigência, a empresa recebeu R\$ 5.063.929,68, pelos serviços especializados de assistência em diagnóstico e tratamento de glaucoma.

Irregularidade

O detalhe é que o MPF entende que "ambos os credenciamentos foram realizados de maneira irregular, sem a devi-



Ministério Público Federal apura irregularidades em licitação feita na gestão do ex-secretário Ricardo Murad



Ambos os credenciamentos foram realizados de maneira irregular, sem a devida publicidade. Não houve sequer publicação do Edital de Credenciamento no Diário Oficial, nem mesmo divulgação em jornal de grande circulação

Flauberth Martins Alves,
procurador da República

CONTRATOS

Credenciamento 001/2011 (21/6/2011 a 21/9/2011)

Contrato 160/2011 - Oftalmo Day Clinic Ltda - R\$ 923.303,10

Contrato 161/2011 - Clínica Dr. José Afrânio L. de Moraes Ltda - R\$ 846.425,00

Credenciamento 002/2011 (27/6/2011 a 27/9/2012)

Contrato 162/2011 - Oftalmo Day Clinic Ltda - R\$ 5.063.929,68

Total - R\$ 6.833.657,78

da publicidade. Apenas as pescas jurídicas contratadas foram convocadas a participar do processo licitatório. Não houve sequer publicação do Edital de Credenciamento no Diário Oficial, nem mesmo divulgação em jornal de grande circulação". Para o MPF isso representa a "clara preferência pelas clínicas Oftalmo Day Clinic Ltda e Clínica Dr. José Afrânio L. de Moraes Ltda, fato que viola os princípios da impessoalidade, da publicidade e da moralidade que regem a administração pública".

Além do ex-secretário estadual de Saúde, Ricardo Murad, e das empresas Oftalmo Day Clinic Ltda e Clínica Dr. José Afrânio L. de Moraes Ltda, são réus no processo Heron Simões dos Santos, José Afrânio Lima de Moraes e Sergio Sena de Carvalho. O procurador da República Flauberth Martins Alves, que assina a denúncia, solicita que todos os envolvidos sejam condenados de acordo com o artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa, em graduação a ser fixada pela Justiça. As penas vão da perda dos direitos políticos, em até dez anos, ao ressarcimento integral do dano.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CNPA	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 12 / 06 / 2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Fiscalização

Saúde do Maranhão economiza R\$ 508 mi

Dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES) apontam que, em dois anos de gestão, as novas regras geraram a economia de meio bilhão de reais. Empresas terceirizadas, alvos da *Operação Sermão aos Peixes* da Polícia Federal, tiveram mudança significativa em seus contratos para atendimento das unidades estaduais de saúde **VIDA**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 12 / 06 / 2017	Página 08	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Saúde economiza R\$ 508 milhões

Novas regras adotadas pela Secretaria de Estado de Saúde na racionalização de custos permitiram os cortes nos valores dos contratos de até 30%

Alvos agora da Polícia Federal pela Operação Sermão aos Peixes, as empresas terceirizadas tiveram mudança significativa em seus contratos para atendimento das unidades estaduais de saúde. Dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES) apontam que, em dois anos de gestão, as novas regras geraram a economia de meio bilhão de reais. "Foram cortes garantidos apenas por mudanças administrativas, já que no período não ocorreu redução de serviços, e sim ampliação", avalia o secretário de Saúde, Carlos Lula.

A Secretaria de Saúde mudou a forma de contratação das Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips) e Organizações Sociais (OSs) que realizam o serviço de gestão de unidades de atendimento à saúde no Maranhão. Ainda no primeiro semestre de 2015 foi realizada



Nós agradecemos à Polícia Federal pelo trabalho de investigação, que desvendou esse sistema complexo de desvio de recursos públicos

Carlos Lula, secretário de Saúde

uma auditoria interna do governo em alguns contratos da SES. O resultado apontou que os institutos prestavam serviços sem um plano de trabalho que definisse metas de atuação.

A partir de então, os novos contratos passaram a exigir a apresentação de um plano de trabalho. Mais, as OSs deveriam passar por um concurso de projetos, em que a Secretaria es-

colhia o melhor custo/benefício. Antes, não havia qualquer processo público de seleção das prestadoras de serviço.

O resultado, segundo aponta Lula e a racionalização de custos permitiu os cortes nos valores dos contratos de até 30%. Somente no primeiro ano de gestão, foram R\$ 170 milhões a menos gastos com esses serviços. Em 2016, houve nova redução nos repasses a instituições terceirizadas, gastando R\$ 336 milhões a menos. Ao todo, até o segundo ano, foram R\$ 508,2 milhões economizados para os cofres públicos.

Segundo o secretário, outra mudança importante é que, até 2014, os institutos eram escolhidos por indicação da Secretaria. A partir de 2015, os institutos passaram a ser escolhidos por meio de uma seleção de projetos, em que apresentam propostas de atuação para a gestão das unidades de saúde.

PF investigou os desvios

"Nós agradecemos à Polícia Federal pelo trabalho de investigação, que desvendou esse sistema complexo de desvio de recursos públicos", afirma o secretário Carlos Lula. Segundo ele, a operação Sermão aos Peixes desvendou uma série de desvios extremamente sofisticados, que não tinham sido identificados pelos órgãos de controle. A PF apontou em seu relatório que três das Oscips que prestavam serviço à Secretaria de Saúde - ICN, Idac e Bem Viver tinham o mesmo modus operandi. Somente o Idac teria desviado R\$ 18 milhões em saques de empresas de fachada que utilizavam parte da taxa administrativa.

Em 2015, o Instituto Natureza e Cidadania (ICN), por exemplo, foi a única OS das anteriores que permaneceu prestando os serviços por ter vencido dois grupos da licitação do concurso de projetos realizado pelo governo do estado. O Idac, que não havia aparecido na operação, teve o contrato renovado em maio de 2015, quando uma licitação para contratação de serviços terminou deserta, sem a participação de outras empresas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	M / 06 / 2017	Página	3
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Sefaz notifica empresas para regularizar R\$ 190 milhões de ICMS por utilização de créditos indevidos

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) encaminhou comunicado para 174 empresas maranhenses informando que identificou o valor de R\$ 190,2 milhões de diferenças em créditos de ICMS, nas compras de bens (máquinas, equipamentos, veículos) para o ativo imobilizado.

A possível utilização indevida dos créditos do imposto foi obtida por meio do lançamento de notas fiscais eletrônicas de aquisição de bens para o ativo fixo das empresas, que não seguiram as regras determinadas pelo Regulamento do ICMS.

Também foram encontradas diferenças entre os lançamentos efetuados na declaração mensal do ICMS – DIEF (Declaração de Informações Econômico-Fiscais) e na escrituração Fiscal Digital (EFD) enviada para a Receita Federal do Brasil.

O lançamento em desacordo com a legislação de créditos de aquisições de bens para o ativo, permitiria que empresas industriais, atacadistas e varejistas, pudessem reduzir o Imposto a recolher na sua apuração mensal do ICMS.

O secretário da Fazenda, Marcellus Alves, esclareceu que inicialmente a Sefaz fez apenas um comunicado para que essas 174 empresas justifiquem o porquê lançaram o ICMS em desacordo com o art. 36 do Regulamento do ICMS.

Esse dispositivo legal determina que a compensação,

referente aos créditos de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deve ser proporcional as saídas tributadas, em relação com o total das operações de saídas (tributadas e não tributadas) efetuadas no mesmo período.

No cruzamento de dados entre a DIEF e EFD, a Sefaz identificou lançamentos de créditos do ativo imobilizado no campo 37 do Detalhamento de outros créditos da Dief, sem a respectiva informação ou com divergência no valor informado no registro G110 da EFD, que trata dos registros do Controle de Crédito do Ativo Permanente.

A Sefaz concedeu prazo de 20 dias para a regularização da informação na EFD/DIEF. Passados os 20 dias do recebimento do comunicado sem que a empresa se regularize, configura-se formalmente o termo de início da fiscalização que será concluído com auto de infração eletrônico, no qual será lançado de ofício o ICMS devido com acréscimo de multa de 50% e juros com base na taxa Selic acumulada no período. As intimações foram transmitidas às empresas por meio do Domicílio Tributário Eletrônico no ambiente de autoatendimento do portal da Secretaria na internet, o SEFAZNET. O ICMS é o principal imposto arrecadado pelo Estado, com uma receita anual estimada em R\$ 6 bilhões para 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA	11 / 06 / 2017	Página	

Após decisão judicial
Prefeitura remaneja famílias do prédio "balança, mas não cai"
PÁG. 9 [CI]

Utilização de créditos indevidos
Sefaz notifica empresas para regularizar R\$ 190 milhões de ICMS
PÁG. 3 [CI]

HONÓRIO MOREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Alternativo</i>
DATA: <i>10e11</i> / 06 / 2017	Página <i>05</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

IMBRÓGLIO COM O UBER

Com a entrada do Ministério Público na questão do Uber em São Luís, é capaz de, agora sim, a situação tomar o rumo desejado pela maioria da sociedade.

No páreo, a promotora Lígia Cavalcanti, que vem com tudo contra a Lei Municipal nº 429/2016, que proíbe o funcionamento do aplicativo.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor ao TJ-MA, o argumento é de que a lei fere dispositivos da Constituição Federal.

Segue o bonde...

Entre os dispositivos, a promotora aponta o que garante a livre concorrência. Há ainda a alegação da Lei Federal que fala sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que separa transporte público do privado. No caso, o Uber seria configurado na categoria privado e individual, cabendo, portanto, somente à União legislar e ao Município, regulamentar.

Por fim...

Resta torcer para que a Adm movida pelo Ministério Público repita por aqui o mesmo resultado que foi visto em todas as outras capitais em que foram propostas ações contra o Uber: declarar a medida inconstitucional.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
DATA 02 / 11 / 06 / 2017		Página 03	
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ações a favor do Uber já estão na Justiça

MP e Defensoria Pública entraram com ações para garantir que o serviço seja legalizado

A Defensoria Pública do Estado (DPE), por meio do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nuclecom), ajuizou na manhã de sexta-feira, 9, uma Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência, na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, contra o Município de São Luís, para garantir aos consumidores o direito de fazer uso do serviço de transporte gerido por aplicativos, a exemplo do Uber. Ainda na sexta-feira, a Promoto-

ria do Consumidor protocolou uma representação na Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) solicitando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei municipal que está proibindo a atuação do Uber na cidade.

Na ação da DPE, foi solicitado que o Município de São Luís se abstenha de efetuar apreensões ou quaisquer outras medidas coercitivas tendentes a proibir a circulação dos veículos pres-

tadores deste serviço. Em caso de descumprimento, foi requerida multa no valor de R\$ 50 mil para cada ajuização indevida.

De acordo com o defensor público Marcos Vinícius Fróes, a ACP requer a declaração incidental de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 429/2016, que proíbe o Uber, por expressa violação formal e material à Constituição Federal de 1988, bem como reconheça a inaplicabilidade da Lei nº 3430/1996 aos prestadores do referido serviço, de forma a garantir que os consumidores luso-paraenses tenham acesso ao serviço de transporte privado, contribuindo assim para a melhoria do sistema de mobilidade urbana de São Luís.

Já a promotora Lúcia Cavalcanti, titular da Promotoria do Consumidor, protocolou, como havia prometido, uma representação na PGJ para que o órgão entra na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei municipal que está vetando o Uber na cidade.

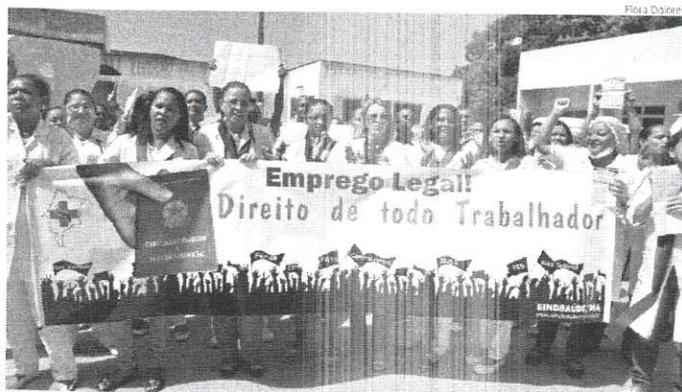
O pedido será analisado pelo Procurador Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, que decidirá se vai acolher o pedido da promotora Lúcia Cavalcanti e ingressar na Justiça contra a Lei Municipal nº 429/2016, que está proibindo o Uber. De acordo com a promotora, a lei que proíbe o funcionamento do Uber fere diversos dispositivos da Constituição Federal e por essa razão torna-se inconstitucional. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 06/11/06 / 2017	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Auxiliares de enfermagem e técnicos do Socorrão II, na Cidade Operária, realizaram manifestação

Cortes no Sistema de Saúde de São Luís serão revistos

Semus se pronunciou sobre o assunto durante audiência realizada na quinta-feira, 8, na Câmara Municipal de SL

Os cortes em investimentos da saúde, da ordem de R\$ 2 milhões por mês, divulgados em primeira mão por O Estado desde a edição do fim de semana passada, serão revistos. A medida será tomada, segundo o Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM) e a Associação dos Médicos dos Socorrões (AMeS), pela Secretaria Municipal de Saúde (Semus), que se pronunciou sobre o assunto durante audiência realizada quinta-feira, 8, na Câmara Municipal.

Questionada sobre a decisão da revisão nos cortes, a Prefeitura de São Luís informou "que o avanço contínuo das ações da rede pública de saúde da capital requer da gestão medidas de ajustes constantes". É mais: "Que as adequações são necessárias e discutidas com a classe médica, por meio de diálogo com suas representações".

Denúncia

Com a reconsideração, a Prefeitura de São Luís pode evitar um "colapso no sistema de saúde", conforme denúncias de entidades médicas, e não prejudicar o atendimento à população. As possíveis consequências aos pacientes foram alertadas inicialmente pelo presidente do CRM/MA, Abdou Murad. "A Prefeitura de São Luís quer economizar dinheiro às custas da saúde e isto é

um absurdo", declarou. "O Município deseja reduzir os custos prejudicando um dos setores considerados essenciais à população", acrescentou.

Na edição de O Estado da quarta-feira, 7, a secretária municipal de Saúde, Helena Duailibe, justificou os cortes, até então, para ajustes no cumprimento de medidas fiscais. Segundo a gestora, apesar da medida, não haveria prejuízos para a população, já que abertas as plantões noturnos seriam prejudicados. Segundo ela, outros serviços nos fins de semana também seriam afetados.

Ainda segundo a titular da pasta, a necessidade de revisão orçamentária não é uma exclusividade da gestão ludovicense. Helena disse que outras capitais brasileiras, por exigência inclusive do Governo Federal, estão adotando medidas semelhantes.

Mesmo com as justificativas, entidades e representantes das classes profissionais de saúde realizaram, nas últimas duas semanas, várias

manifestações na cidade.

Greve

Apesar da reconsideração nos cortes na saúde, médicos dos Socorrões I e II estão sob alerta e, a qualquer momento, poderão deliberar movimento grevista por tempo indeterminado. De acordo com a AMeS, a categoria também solicita melhores condições de trabalho. "Caso as melhorias prometidas pela gestão pública municipal não sejam aceitas, vamos deliberar uma paralisação", disse o presidente da AMeS, Fricio Cantanhede.

Prejuízos

Atualmente, 400 médicos estão lotados nos Socorrões I e II. No Hospital Djalma Marques (Socorrão I), por exemplo, do total de profissionais que preenchem o quadro de médicos na unidade, mais da metade (60%) possui vínculo temporário com a gestão pública. No Socorrão II, este índice é ainda maior e chega aos 80%. ●

NOTA DA SEMUS

A Secretaria Municipal de Saúde (Semus) informa que o avanço contínuo das ações da rede pública de saúde da capital requer da gestão medidas de ajustes constantes. A Semus informa ainda que as adequações são necessárias e serão discutidas com a classe médica, por meio de diálogo com suas representações.

Técnicos e auxiliares de enfermagem fazem protesto

Técnicos e auxiliares de enfermagem que trabalham no Hospital de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura (Socorrão II), localizado na Cidade Operária, voltaram a protestar na manhã de sexta-feira, 9, em frente ao hospital por causa das condições de trabalho. Eles afirmam que estão há três meses com os pagamentos atrasados, reclamam de baixa remuneração, que estão com férias vencidas e faltam medicamentos e materiais básicos para atender os pacientes na unidade de saúde.

A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem e Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Maranhão (Sindsaúde-MA). Eles se reuniram no estacionamento da unidade com cartazes com

mensagens de protesto contra a Prefeitura de São Luís.

Segundo os profissionais, eles estão com os salários atrasados há três meses, mas este não seria o único problema do vencimento dos técnicos e auxiliares de enfermagem. "A maioria desses profissionais são de contratos temporários, contratos precários, com vencimentos abaixo do salário mínimo", afirmou a presidente do Sindsaúde-MA, Dulce Sarmento. Ela afirmou ainda que desde 2015 a entidade tenta negociar com a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) para resolver os problemas, sem sucesso.

Adicionais

Além dos atrasos, os técnicos e auxiliares de enfermagem não recebem adicionais como o de insalubridade

cujo pagamento aos profissionais da área da saúde é obrigatório. Eles alegam ainda que não recebem vale-transporte e que alguns estão há dois anos sem tirar férias já que a alta demanda de atendimentos e a necessidade de profissionais na unidade de saúde faz com o período de descanso seja constantemente adiado.

Outra denúncia feita pelo Sindsaúde-MA durante a manifestação é que faltam medicamentos e até materiais básicos para o adequado atendimento aos pacientes. "Tem paciente aqui que e a família que compra gaze, atadura, seringa e até mesmo medicação. Os corredores do hospital estão lotados de pessoas nas macas. A situação é precária e a Semus responde", afirmou Dulce Sarmento.

Esta não foi a primeira vez que os profissionais do Socorrão II protestaram em frente à unidade de saúde. Em março deste ano funcionários terceirizados do hospital paralisaram as atividades durante um dia. ●

“A Prefeitura de São Luís quer economizar dinheiro às custas da saúde e isto é um absurdo”

ABDON MURAD
Presidente do CRM/MA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 10/01 / 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Avenida Litorânea entra no rodízio de água e donos de bares se preocupam

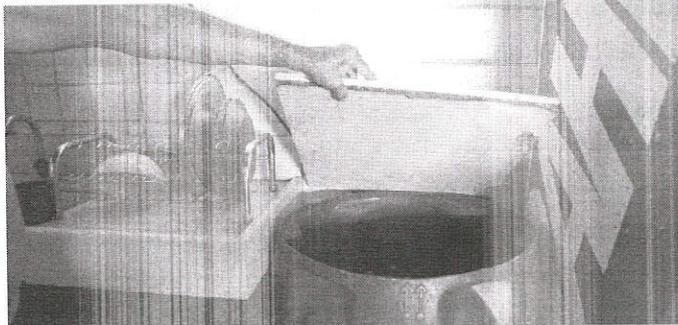
Nova rotina começou esta semana, mas ninguém foi informado da situação até que a Caema fosse questionada sobre a falta d'água; argumentação de comerciantes alegando prejuízo a turistas não mudou a situação

Donos de bares, restaurantes, hotéis e pousadas da Avenida Litorânea foram surpreendidos esta semana com a falta de água repentina na área. Segundo eles, o abastecimento no local sempre foi diário e não receberam nenhum comunicado da suspensão do abastecimento. A falta d'água na avenida compromete a limpeza, preparação de alimentos e a outras tarefas essenciais para o funcionamento dos estabelecimentos da orla.

Com cerca de 4 quilômetros de extensão, a Avenida Litorânea é um dos cartões-postais da cidade de São Luís, atraindo um grande número de turistas. Começa na Praia da Ponta d'Areia, chegando à do Calhau, passando ainda pela Praia de São Marcos. Ao longo da via, encontram-se bares de estrutura de madeira e cobertura de palha no mesmo nível do calçadão, geralmente utilizado para realização de atividades físicas e uma parte destinada à ciclovia.

O abastecimento foi interrompido por volta das 22h30 da quarta-feira, dia 7, e só foi normalizado na sexta-feira, dia 9. "Não entendemos motivo de a água faltar. Ela voltou hoje de manhã [sexta-feira], mas ainda de forma irregular, bem fraca. A gente agora está preocupada de ficar assim sempre ou de faltar mais vezes", ressaltou Rosa Santos, cozinheira de um dos bares da Avenida Litorânea.

Ela disse que, no período em que o abastecimento ficou suspenso, eles tiveram de contar com a ajuda dos



Flora Dolores

Com água nas torneiras em dias alternados, bares e restaurantes terão de acondicionar o produto

SAIBA MAIS

A Avenida Litorânea foi inaugurada em 1993, pelo Governo do Estado, com 3,30 quilômetros de extensão. Em 2012, a Prefeitura de São Luís entregou um novo trecho de 600 metros, prolongando a via, facilitando o acesso ao Olho d'Água.

estabelecimentos que têm poços artesianos ou bombas para poder fazer suas tarefas diárias.

Rodízio

Com a rotina e o faturamento dos seus negócios comprometidos, os empresários resolveram ligar para a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) em busca de explicação.

Para espanto geral, a informação repassada foi de que a partir de agora o fornecimento de água obedecerá ao sistema de rodízio, ou se-

ja, o líquido jorrará das torneiras dia sim, dia não, como já acontece na maior parte da cidade.

A medida causou insatisfação e revolta em empresários e seus funcionários, que alegam ser inaceitável que uma avenida cheia de restaurantes, bares e hotéis fique sem água durante 24 horas consecutivas. Argumentaram ainda que os poucos turistas que ainda frequentam a orla não poderão mais utilizar os chuveiros públicos, situação que ficará ainda mais grave com a proximidade da tempo-

rada de férias, quando aumenta o número de visitantes.

A Caema informou que realizou checagem na rede de abastecimento de água do local e fez manutenção para adequações, retirada de ligações clandestinas e reparações irregulares em residências, bares e outros empreendimentos na área.

O abastecimento na área é feito por meio de contribuições do Sistema Italuís, a partir de vazão destinada pelo reservatório R-9, situado nas imediações do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, no Calhau. A área recebe ainda volume do poço tubular de grande vazão (PI), localizado na altura da Avenida Luís Eduardo Magalhães, o que torna o abastecimento proficiente em toda a sua extensão e sem intermitência. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 10 / 06 / 2017	Página 3		

MPF nega pedido de ex-procuradora-geral para trancar ação contra ela no “caso Sefaz”

OSWALDO VIVIANI

A subprocuradora da República Lindôra Maria Araujo, do Ministério Público Federal (MPF), indeferiu, em decisão datada de 2 de maio, recurso em habeas corpus impetrado por Helena Maria Cavalcanti Haickel, ex-procuradora-geral do Estado, que pedia o trancamento da ação penal contra ela no chamado ‘caso Sefaz’ – esquema de concessão fraudulenta de isenções fiscais na Secretaria Estadual da Fazenda.

Helena Haickel alegou, ao pedir o trancamento, “inépcia da denúncia por ausência de justa causa para a persecução penal” e que seu “suposto ilícito teria sido tão somente a elaboração de um parecer técnico”.

Já ao negar o trancamento, a subprocuradora Lindôra Araujo lembrou que Helena Haickel

subscreeveu, na condição de procuradora-geral do Estado, “parecer técnico que, manifestamente ilegal, ocasionou significativo prejuízo ao erário”, pois a partir desses pareceres “a Secretaria da Fazenda passou a realizar acordos judiciais para pagamento de dívidas sem a existência de leis específicas”. “Pela mera leitura dos autos, não há como ignorar, neste momento, a necessidade de investigação sobre a existência de indícios de autoria e materialidade do suposto delito imputado à recorrente”, concluiu a subprocuradora.

Conforme denúncia do promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Ordem Tributária e Econômica), a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) também é uma das réis no caso, assim como o ex-secretário da Fazenda Cláudio José Trinchão, o ex-procurador-geral Marcos

Alessandro Coutinho Passos Lobo e o ex-procurador-adjunto Ricardo Gama Pestana. Também foram denunciados no “caso Sefaz”:

- o ex-secretário de Estado da Fazenda, Akio Valente Wakiyama
- o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento
- o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto
- o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior
- a empresária Euda Maria Lacerda (sócia com Jorge Arturo e Akio Wakiyama, na empresa Centro de Tecnologia Avançada – CTA – onde as fraudes fazendárias eram perpetradas). Mais de R\$ 1 bilhão foi desviado dos cofres públicos, segundo o MPMA, pela “máfia da Sefaz”.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 12 / 06 / 2017	Página 08	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ACAILÂNDIA

PM mata esposa e se suicida

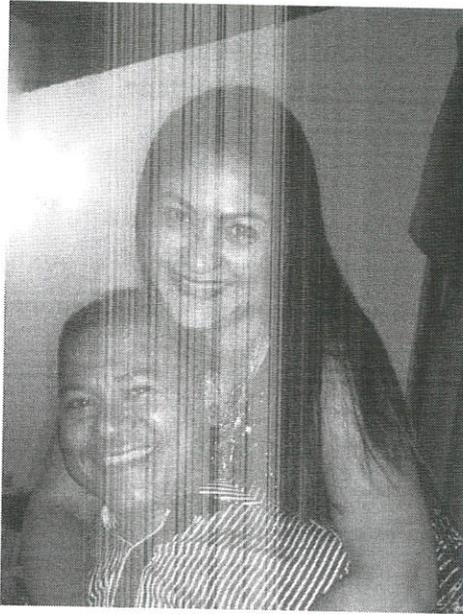
ESAU ARAUJO

Um crime cometido em Barreirinhas chocou o estado na manhã de ontem. A agente penitenciária Claudiane Carvalho da Silva, de 36 anos, foi assassinada pelo companheiro, o tenente-coronel Miguel Gomes Neto, lotado em São Luís. O crime aconteceu durante um traslado em uma viatura no bairro Francilina. Os dois estavam sendo levados à delegacia do município, após denúncias de que o PM teria agredido a companheira.

O Imparcial realizou uma entrevista exclusiva com o delegado de Barreirinha, Cristiano Morita. Segundo ele, o crime se trata de um feminicídio. "Recebemos por volta das 8h30 da manhã uma denúncia de que o tenente-coronel Miguel estaria agredindo a sua companheira. Tomamos então em diligência para encaminhá-los até a delegacia para prestar maiores esclarecimentos. Em meio a esse traslado, Miguel perdeu o controle e atirou três vezes na cabeça e um no tórax da companheira. Depois cometeu suicídio com um tiro na cabeça. Sem dúvidas, o crime se trata de um feminicídio", disse o delegado.

Segundo Morita, Miguel Neto é lotado em São Luís e estava a passeio no município. "Segundo informações, ele vinha a passeio e tinha um caso com a agente. Algumas pessoas afirmam que ele já tinha passagens de mudanças de humor e frequentes ações de agressividade", concluiu o delegado.

A agente penitenciária ainda foi socorrida com vida e enca-



Tenente-coronel mata companheira e depois comete suicídio

minhada ao hospital. De imediato, foram acionadas equipes do Comando Tático Aéreo, onde a mesma seria transferida para a capital. Porém, ela não resistiu aos ferimentos e faleceu ainda no hospital em Barreirinhas. A polícia agora aguarda os exames do Instituto Médico Legal e os resultados do laudo.

Dados

Os números registrados na Delegacia de São José de Ribamar, região metropolitana de São Luís, revelam que no mês de março deste ano, lo-

tado como o mês da mulher, teve um grande aumento no número de registros à violência doméstica.

Ao todo, em 2016 foram instaurados 177 inquéritos de violência doméstica. Somente nos primeiros dois meses de 2017, houve 30 instaurações. O maior aumento foi o de prisões em flagrante. Ao todo, no ano passado, 22 homens foram capturados. Neste ano, a soma já chegou a 10.

Nos últimos anos, podem ser citados vários casos que tomaram repercussão na mídia. O caso Lucas Porro, por exem-

plo, onde o empresário matou a cunhada asfixiada no dia 13 de novembro de 2016. Também o mais recente, onde foi preso Roberto Elísio, após agredir a sua mãe, uma aposentada de 84 anos.

Para a delegada Adriana Sales, as mulheres têm tomado coragem para denunciar e lutar pelo fim da violência, confiando no trabalho da delegacia e na Lei Maria da Penha. "Elas tem visto que os agressores realmente estão sendo presos e, por isso, criam coragem para denunciar", ressalta a delegada.

AUMENTO DA VIOLÊNCIA FEMININA

Cerca de 92 mil mulheres foram assassinadas em todo o mundo nos últimos 20 anos, de acordo com estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania e do Departamento de Pesquisas Judiciais. Deste número, 43,7 mil foram mortes ocorridas na última década, o que denota aumento considerável deste tipo de violência a partir dos anos 90. A violência contra as mulheres constitui, atualmente, uma das principais preocupações do Estado Brasileiro, pois o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 12 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Tenente-coronel mata esposa que estava na viatura da PM e comete suicídio

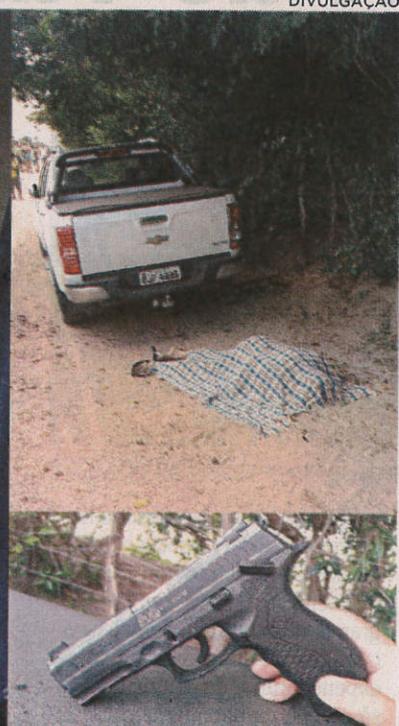
Agente penitenciária estava sendo resgatada por PMs de 'cárcere privado' em Barreirinhas quando seu marido - oficial da corporação - a assassinou com 4 tiros

OSWALDO VIVIANI

O tenente-coronel Miguel Gomes Neto - ex-comandante do 15º Batalhão da PMMA de Bacabal - matou a tiros sua mulher, a agente penitenciária Clodiany Carvalho Garcia, de 37 anos, e em seguida cometeu suicídio. A tragédia ocorreu na manhã de ontem (11), por volta das 8h, no bairro Francelina, em Barreirinhas (região dos Lençóis Maranhenses, a 361 km de São Luís). Gomes Neto - que tinha com a mulher uma relação bastante tumultuada - mais uma vez discutia e agredia Clodiany, na manhã de domingo, chegando a mantê-la em cárcere privado, quando a PM foi chamada e os dois policiais que atenderam a ocorrência levaram Clodiany para a viatura, com a intenção de providenciar um eventual registro do caso na delegacia da cidade. Enquanto a viatura manobrava para deixar o local, o tenente-coronel dirigiu-se até seu veículo, pegou uma pistola ponto 40, foi até a viatura, e simulando querer entregar uma sacola para a esposa, efetuou quatro disparos na cabeça da vítima, no momento em que o vidro foi baixado. Em seguida, atirou contra a própria cabeça. O militar teve morte instantânea e Clodiany ainda foi levada pelos



O tenente-coronel Gomes Neto assassinou a esposa a tiros dentro de uma viatura da Polícia Militar



DIVULGAÇÃO

PMs - que nada puderam fazer - para o Hospital Regional de Barreirinhas, mas morreu ao dar entrada na casa de saúde. Em princípio, havia a informação de que os PMs que atenderam a ocorrência tinham apreendido um revólver com o tenente-coronel, mas o delegado Dival Gonçalves da Silva (superintendente de Polícia Civil do Interior) não confirmou a apreensão ao Jornal Pequeno. Dival Gonçalves disse ao JP, ainda, que dois especialistas do Instituto de Criminalística (Icrim) voaram ontem mesmo para Barreirinhas, no helicóptero do Grupo Tático Aéreo (GTA)

para realizar os procedimentos de perícia nos dois corpos. Gonçalves destacou dois delegados para investigar o homicídio seguido de suicídio - Murilo Tavares Pereira (regional de Rosário) e Cristiano Morita (titular de Barreirinhas). Os corpos das vítimas devem chegar na manhã desta segunda em São Luís para o sepultamento.

ATAQUE DE FÚRIA

O tenente-coronel Miguel Gomes Neto, que atualmente era lotado em São Luís, ficou conhecido por um episódio em que igualmente perdeu o controle e propiciou uma situação de tensão desnecessária.

Em janeiro de 2015, quando era comandante do 15º BPM de Bacabal, ele se envolveu numa confusão com um cabo (identificado como Bandeira) - que reclamava do corte das refeições no batalhão - e um advogado, no quartel da corporação. Como estava sendo filmado pelo advogado na hora do tumulto, o militar teve um ataque de fúria. Agrediu o cabo com um tapa e em seguida puxou sua pistola, fazendo ameaças contra o subordinado e o advogado. O episódio foi condenado pelo então comandante da PMMA da época, coronel Marco Antônio Alves. (COM BLOG O INFORMANTE, DO JP ONLINE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 11 / 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

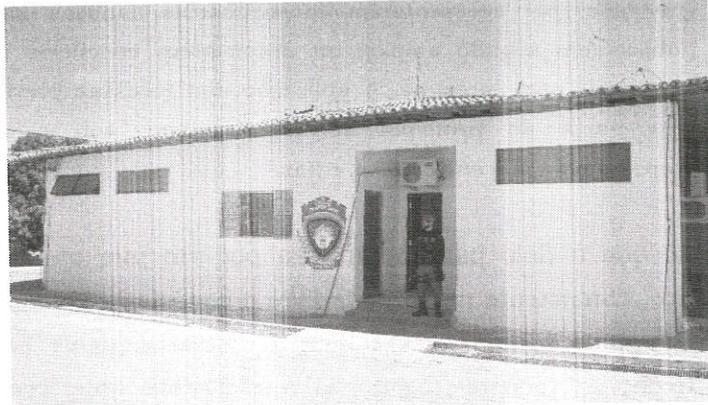
INTEGRAÇÃO

Remanejamento no Complexo Penitenciário

O primeiro gabinete de gestão da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) a funcionar dentro do Complexo Penitenciário São Luís, já foi inaugurado, e deve contribuir para que tanto o secretário titular da pasta, quanto sua equipe de gestores, acompanhe mais de perto os trabalhos desenvolvidos em prol do sistema prisional.

De imediato, a proposta é fortalecer as ações de segurança interna, ressocialização dos detentos, e toda a logística necessária para a rotina carcerária. "Com essa mudança, eu, a subsecretária, e todos os secretários adjuntos da Seap trabalharemos de forma muito mais integrada com todo o corpo técnico prisional; sem contar que, observando tudo de perto, será muito mais fácil trabalhar preventivamente sobre qualquer demanda", explicou o secretário Murilo Andrade de Oliveira.

O novo gabinete foi instalado estrategicamente ao lado da sala do Circuito Fechado de TV (CF-TV). No novo espaço administrativo também há lugar para os gestores das secretarias adjuntas de Atendimento e Humanização Penitenciária (SAHIP), Segurança Penitenciária (SASP), e Logística e Inovação



Penitenciária (SAALIP).

"É algo inédito em toda a história do Sistema Penitenciário do Maranhão. É uma iniciativa, de fato, inovadora que busca dinamizar, em todos os aspectos, os esforços empregados pelo governo do estado no âmbito prisional, de forma que todos acompanharão pessoalmente andamento dos trabalhos", completou Murilo.

Redistribuição

Na última terça-feira (6), a Seap deflagrou a segunda megaoperação de redistribuição de

detentos. Foram 1.700 internos remanejados de quatro unidades. O remanejamento consistiu em retirar da Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 6 (UPSL 6), antigo CDP presos considerados de maior periculosidade, transferindo-os para estabelecimentos penais que dispõem da Portaria Unificada, equipada com BodyScans, e levar para lá internos com crimes de menor potencial.

No dia 9 de maio, a gestão prisional já havia redistribuído outros 591 internos das UPSLs 3, 4 e 5, para a Penitenciária Regional de São Luís (PRSLZ),

antigo PSI III. Nesta, o objetivo foi melhor o aproveitamento de 350 vagas em desuso; e beneficiar presos que ainda não haviam sido inseridos em ações de trabalho e renda.

Na primeira operação, mais de 250 agentes penitenciários participaram dos trabalhos de remanejamento. Na mais recente, foram 360 agentes penitenciários envolvidos, que contaram, durante quase 24 horas de trabalho, com uma logística composta por dois ônibus, um caminhão, um micro-ônibus, 10 vans, e 25 pick-ups caracterizadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 11 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Carnes transportadas irregularmente são apreendidas pela PRF em Caxias

EDILAYNE SOARES
ESPECIAL PARA O JP

Policiais rodoviários federais, do Grupo de Policiamento Tático – GPT, apreenderam, na sexta-feira (9), 230 quilos de carne bovina transportados de forma irregular na cidade de Caxias, distante 282 km da capital. De acordo com informações da PRF, a carne seria destinada a um restaurante na cidade de José de Freitas, no Piauí.

Ainda segundo as informações fornecidas pela PRF, após a abordagem e vistoria a um veículo Toyota/Hilux de placas

JXJ – 6277/CE, conduzido por um comerciante de 54 anos, que estava acompanhado por um passageiro de 41, foram encontradas várias peças de carne bovina, dos cortes filé e picanha, congeladas e enroladas em sacos plásticos sem qualquer tipo de refrigeração. Indagados sobre a procedência do material, o passageiro relatou aos policiais que ele era dono da mercadoria e declarou que todo mês viaja para a cidade de Bacabal/MA para comprar as carnes e revendê-las no restaurante que ele possui na cidade de José de Freitas/PI. O dono do restaurante declarou



Carne apreendida em Caxias tinha como destino restaurante em José de Freitas (PI)

que adquire as peças ao preço médio de R\$ 20 reais por quilo e não possui comprovante, nota fiscal ou recibo da procedência das carnes. Após a apreensão, Fiscais Agropecuários da Agência Estadual de Defesa Agropecuária – AGED de Caxias estiveram no local e

lavraram o Termo de Apreensão e o Auto de Infração para o comerciante detentor das carnes. Após a autuação, os fiscais da AGED, junto com a equipe do PRF, se encaminharam para o aterro sanitário municipal, onde realizaram a incineração do produto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

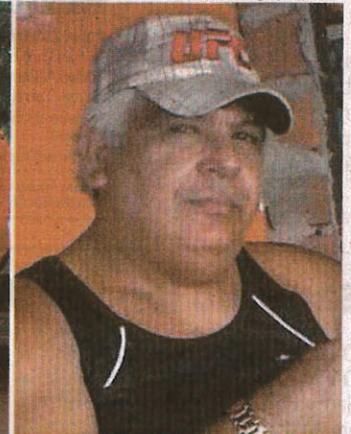
VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 11 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Condutor de Montana morre em violenta colisão na BR-135

Por volta das 14h30, desse sábado (10), uma colisão traseira provocou a morte de José Ribamar Almeida Silva, de 54 anos, motorista de uma picape Montana, de placa PSD-8114 (MA). Ele colidiu atrás de uma Scania, de placa OXV-5011 (MA), que transportava botijões de oxigênio. Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), no momento do acidente chovia na BR-135, quando o condutor da Scania reduziu a velocidade para passar em uma lombada. Nesse momento, ainda conforme os agentes da PRF, a Montana colidiu na traseira do veículo de carga, tendo José Ribamar ficado preso nas ferragens, e não



Fotos/Divulgação/PRF



Homens do Corpo de Bombeiros retiram o corpo de José Ribamar (detalhe) de dentro da Montana que ele dirigia

resistindo ainda no local. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e o Corpo de Bombeiros

ainda foram acionados, mas quando chegaram ao local já encontraram o condutor da Montana sem vida.

O acidente aconteceu no Km 57, da BR-135, entre o Posto Afif e o Italuís, no município de Bacabeira. (WELLINGTON RABELLO)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 10 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Operação captura 16 membros do Comando Vermelho que expulsaram famílias da Vila Funil

G. Ferreira



Criminosos presos por expulsarem famílias e assassinar líder comunitário na Vila Funil

Criminosos são apontados ainda como responsáveis pela morte de um líder comunitário em 2016

NELSON MELO

Aproximadamente 150 policiais, entre civis e militares, realizaram, nessa sexta-feira (9), a "Operação Leste sem Trégua", no bairro da Vila Funil, zona rural de São Luís, com o intuito de dar cumprimento a 12 mandados de prisão preventiva e 10 mandados de busca e apreensão. As equipes capturaram 16 membros do Comando Vermelho (CV), facção que teria expulsado cerca de 36 famílias daquela comunidade.

Foi explicado pelo delegado Armando Pacheco, titular da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), durante entrevista coletiva realizada no auditório da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), que as investigações sobre a atuação da facção na Vila Funil começaram há dois meses, quando as forças policiais souberam que os criminosos estavam ameaçando e coagindo moradores do bairro. O grupo, de acordo com o delegado, conseguiu obrigar aproximadamente 36 famílias a se retirar de suas casas, mesmo a contragosto.

Pacheco contou que, após desocupadas, as casas foram depredadas e invadidas pelos bandidos,

que instalaram nessas residências pontos de vendas de drogas ou armazenamento de material ilícito, como armas, por exemplo. Diante do que foi apurado, a SPCC identificou os envolvidos na expulsão dos moradores, incluindo o chefe do bando, Marco Antônio Rodrigues Corrêa, o "Marquinhos Satã" ou "Marquinhos Patrão". Assim sendo, foram solicitados junto ao Poder Judiciários os mandados de prisão, 12 preventivas e três temporárias, bem como os mandados de busca domiciliar.

Com os mandados decretados, a "Operação Leste sem Trégua" foi iniciada, logo de madrugada, localizando "Marquinhos Satã" em um apartamento de sua propriedade no Angelim, na capital. Na Vila Funil, esclareceu o delegado Henrique Mesquita, chefe da Seccional Leste, foram presos Felipe Lima Pereira, o "Esquilo"; Gilvan Lima Pereira, o "Sururica"; Hélio Sousa Oliveira, Elisdênia Farias Silva, Ednaldo Soares da Silva, o "Naldinho"; Felipe Gomes de Lima, Marciana Mendes da Silva, o "Caçula"; Marlon Mendes da Silva, Lindalva Duarte Muniz, Alisson Júnior Duarte, o "Preto"; Daniel dos Santos, o "Boneka", e Kássio Mendes Gabriel.

Naquele bairro, um adolescente foi apreendido

igualmente por integrar a organização criminosa. Além desses 14, outros dois já detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas também foram conduzidos por conta de mandados de prisão preventiva expedidos ainda em virtude da operação. São eles Danilo Coelho Santos, conhecido como "Talibinha"; e Pablo dos Santos, o "Orelha". Essa dupla, conforme o delegado Mesquita, são os "braços-direitos" de "Marquinhos Patrão", e, provavelmente, mantinham contato com o líder por celular ou a partir das visitas íntimas no sistema penitenciário.

MORTE DE LÍDER COMUNITÁRIO

Com os membros do CV, as equipes apreenderam dois carros, uma motocicleta e outros materiais delitivos. De acordo com o delegado Armando Pacheco, essa facção, como indicaram as investigações, foi a responsável pelo assassinato de Almir Silva dos Santos, 46, líder comunitário que foi morto a tiros no dia 8 de julho do ano passado, dentro de sua residência, na Vila Funil, por estar incomodando os criminosos do Comando Vermelho em se preocupar com as causas sociais e a segurança pública para o bairro. Participaram da operação, além dos policiais civis e militares, equipes do Centro Tático Aéreo (CTA), por terra e pelo ar, fornecendo apoio logístico aos demais integrantes da "Leste sem Trégua".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 10 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Trancamento negado

A subprocuradora da República Lindôra Maria Araujo, do MPF, indeferiu, em decisão datada de 2 de maio, recurso em habeas corpus impetrado por Helena Maria Cavalcante Haickel, ex-procuradora-geral do Estado, que pedia o trancamento da ação penal contra ela no chamado 'caso Sefaz' – esquema de concessão fraudulenta de isenções fiscais na Secretaria Estadual da Fazenda. A ex-governadora Roseana Sarney é uma das réis no caso.

Julgamento anulado

O TJ-MA anulou decisão tomada por ele próprio no mês passado, condenando o ex-prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira (PSDB), por improbidade administrativa.

É que o julgamento sobre o caso deveria ter ocorrido na sessão de 25 de maio, e não no dia 18, como

aconteceu. Um novo julgamento do caso será realizado ainda em junho.

Egos nas alturas

Os produtores dos chamados "grandes eventos" ou "baladas de peso" de São Luís agora deram para viver às turras nas redes sociais, com seus egos nas alturas, um querendo ser mais que o outro. Seria melhor se preocuparem menos com o faturamento e mais com o tratamento (organização, segurança, acomodação) dispensado a seus públicos.

Uber na Justiça

O Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Maranhão (DPE-MA) protocolou ontem (9) uma Ação Civil Pública pedindo que a Justiça garanta a liberação do Uber em São Luís. O caso será julgado pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>C. APA</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>10 / 06 / 2017</i>	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPF nega pedido de ex-procuradora-geral para trancar ação contra ela no “caso Sefaz”



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

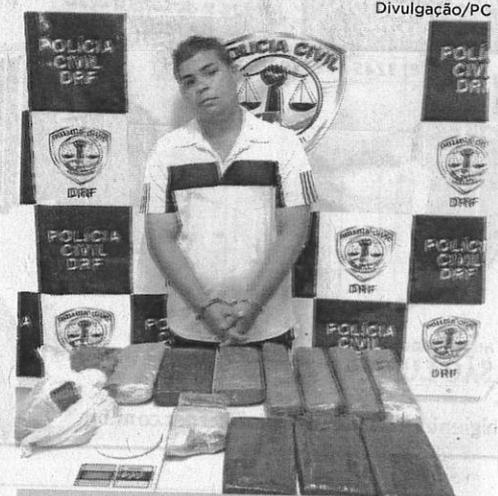
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 10 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Homem é localizado com maconha avaliada em R\$ 30 mil no Nova Terra

Durante entrevista coletiva ocorrida no auditório da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), na tarde dessa sexta-feira (9), foi apresentado Adley Fernandes Wan Lume Gomes, que havia sido preso em flagrante na noite anterior, com aproximadamente 20kg de maconha prensada. A droga foi estimada em cerca de R\$ 30 mil, segundo a polícia. Adley foi preso por uma equipe da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), na noite de quinta-

feira (8), no Residencial Nova Terra, em São José de Ribamar. De acordo com o delegado Marconi Matos, titular dessa delegacia, 13 tabletes de maconha foram encontrados logo no terraço da casa do suspeito. Na residência, os policiais também recolheram três munições de calibre 12 e um caderno contendo o "estatuto" da facção Bonde dos 40, com regras do que é permitido e proibido dentro da organização criminosa. (NELSON MELO)



Divulgação/PC

Adley Fernandes foi preso com maconha



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 10 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

9º BPM prende seis suspeitos por assalto e violência doméstica

Em três situações distintas, o 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM) prendeu seis pessoas, por crimes diversos, na noite de quinta-feira (8). Em um dos casos, foram capturados Pedro Víctor Cardoso Freire, de 28 anos; Alex Antônio da Silva Ribeiro, 20, e Diego da Silva do Carmo, 24. Em outro, um homem foi conduzido por violência doméstica. Pedro Víctor e os outros dias, disse o comandante do 9º BPM, tenente-coronel Harlan, foram encontrados na Rua Rio Branco, área central de São Luís, por volta das 21h30. Os policiais recolheram com eles um revólver calibre 38, com três munições intactas; dois relógios; dois celulares; um alicate de alta pressão; uma fita métrica e um cordão amarelo. Diante do flagrante, levaram-nos ao Plantão Central das Cajazeiras. Com relação ao segundo caso, explicou Harlan, a guarnição prendeu Márcio Murilo Sousa de Aquino, cuja mulher o denunciou por violência doméstica, sendo

que as agressões teriam ocorrido na residência do casal. No entanto, no Plantão das Cajazeiras, a vítima assinou um Termo de Desistência contra o suspeito, que foi anexado ao Boletim de Ocorrências (BO). Pouco depois, foram capturados Daniel Machado de Araújo, 25, e um adolescente de 17, na Avenida Quarto Centenário, na Alemanha, em São Luís, quando trafegavam em uma motocicleta Honda CG 150, de placa OIV-0602. De acordo com informações divulgadas pelo tenente-coronel, esses dois tinham atacado um pedestre nas imediações da Irmãos Coragem, que fica naquela região, levando dele um celular. Como resultado de uma perseguição, a equipe conseguiu capturar os dois envolvidos no assalto, perto dos apartamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Camboa. No Plantão das Cajazeiras, a guarnição soube que Daniel Machado era foragido da Justiça devido à existência de um mandado de prisão. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	17 / 06 / 2017	Página	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Acidentes graves deixam três mortos em rodovias no MA

Ocorrências graves foram registradas em Açailândia e em Bacabeira; em um dos casos, a suspeita é que o motorista teria dormido no volante e causou a tragédia

Três pessoas morreram e outras ficaram feridas nesse fim de semana em graves acidentes de trânsito registrados nas rodovias federais que cortam o interior do Maranhão. Os casos ocorreram ontem e no sábado, dia 10.

O caso de ontem foi registrado na BR-010, no município de Açailândia (distante aproximadamente 560 km de São Luís). De acordo com a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por volta das 6h50 de ontem uma colisão frontal entre um Siena de placas NKZ-7641 e uma Strada de placas PSW-7912, no Km 317 da rodovia federal, resultou em dois óbitos e dois feridos.

Os mortos foram identificados como Samuel Aquino de Lima, de 32 anos de idade, que era condutor do Siena e Edarlyane Lima Soares, de 17 anos, que era passageira do mesmo veículo. Outro passageiro do Siena e o motorista da Strada, que não foram identificados, tiveram ferimentos graves.

A possível causa da colisão ainda



Um veículo colidiu com um caminhão que transportava tubos de oxigênio; o motorista morreu

esta sendo levantada pelos policiais que atenderam a ocorrência, mas pela dinâmica do acidente, acredita-se que o condutor da Strada dormiu no volante. Testemunhas no local informaram à equipe da PRF que o motorista da Strada invadiu a contramão de direção e que estaria vindo de uma festa em Imperatriz.

O outro acidente foi registrado

no sábado, dia 10, nas proximidades do km 57 da BR-135, em Bacabeira. De acordo com a PRF por volta de 14h30, uma Montana de placas PSD-3114 colidiu na traseira de um caminhão que transportava tubos de oxigênio, de placas OXV-5011. Chovia no momento e o caminhão reduziu a velocidade para transportar uma lombada, quando foi atingido

na traseira pelo outro veículo.

O condutor da Montana, identificado como José Ribamar Almeida Silva, de 54 anos, ficou preso nas ferragens. Homens do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e do Corpo de Bombeiros foram acionados para o local, mas o motorista não resistiu aos ferimentos e morreu. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	VINA
DATA 10 / 06 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

"A volta da paz"

Polícia desarticula um esquema criminoso na Vila Funil. A quadrilha é responsável por expulsar mais de 36 famílias do bairro

ESAÚ ARAÚJO

Por volta das 6h, policiais civis e militares realizaram uma operação no bairro Vila Funil, na manhã de ontem. A operação visa desarticular um forte esquema criminoso que mantinha tráfico de drogas, roubo, homicídios e a expulsão de mais de 36 famílias do bairro.

Ao todo, 17 homens foram presos, dentre eles o líder de uma facção criminosa que atua no bairro, conhecido como "Marquinhos Satã". Foram expedidos 18 mandados de prisão pela justiça.

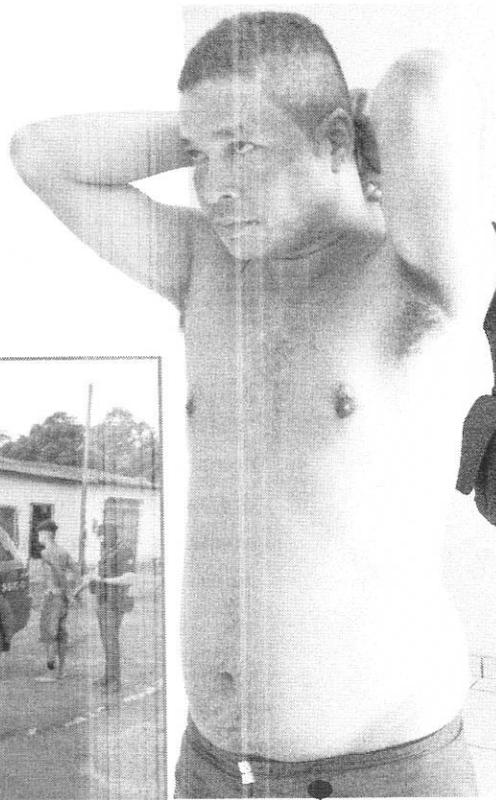
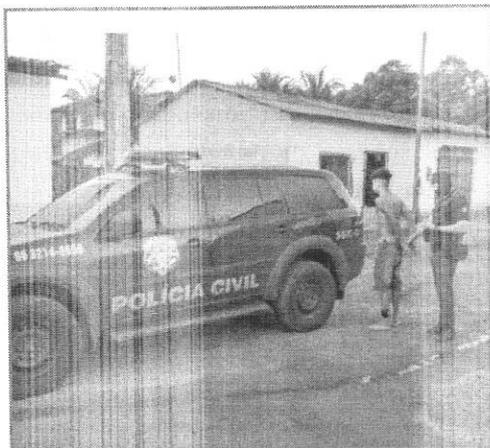
Segundo informações do delegado Henrique Mesquita, dentre as prisões, dois são de menores. "Dois do mandado expedido já estavam presos. Nessa operação, foi feita a prisão de duas pessoas em flagrantes. Um por estupro: ele estava deitado com uma menor de 13 anos, que confessou ter relações sexuais com ele; outro por envolvimento com facção criminosa", disse o delegado.

Ele ainda afirmou que, com base nas investigações, há possibilidades de outros três menores estarem envolvidos. Além dos 18 mandados de prisão, outros 14 mandados de busca e apreensão foram expedidos.

Segundo o delegado, Satã foi encontrado em um apartamento de classe média no bairro do Angelim. "Na Vila Funil, ele só ia para comandar o tráfico. O suspeito é proprietário de vários imóveis aqui em São Luís. Suas casas são geralmente de média e alta classe, um verdadeiro chefe de quadrilha", disse.

LÍDER COMUNITÁRIO FOI MORTO

Em julho do ano passado, o líder comunitário Almir Silva dos Santos, de 46 anos, foi assassinado a tiros dentro de casa, por criminosos da área. A primeira suspeita é que ele recebia informações a polícia sobre a criminalidade do bairro por alguns moradores na época. Mas, segundo o delegado Mesquita, Almir foi assassinado após ter lutado pela construção de uma ponte que ligava Vila Funil a um bairro vizinho que faz litário e transporte e o acesso da polícia ao bairro.



A COMUNIDADE FICA TRANQUILA

Devido ao forte esquema de tráfico de drogas e criminalidade na região, moradores eram coagidos pelos traficantes para saírem de suas casas, caso não pactuassem com o tráfico montado na região. Do ano passado pra cá, 36 famílias foram expulsas de suas casas, segundo os resultados dessa operação. Uma das moradores do bairro, que não quis se identificar com medo de represálias, contou a nossa reportagem sobre o alívio com a realização dessa operação. "Agora eu creio que voltaremos a ter paz. Tive que mudar minha filha de turno da escola, porque quando ela voltava às 18h da aula ou era assaltada ou então os criminosos tentavam abusar dela. Uma das vezes fui tomar satisfação, mas fui ameaçada de morte. Como não tenho condição de me mudar e ninguém quer alugar uma casa aqui, a solução foi mudar minha filha de escola. Espero que agora seja o fim dessa criminalidade", disse a dona de casa. Depois dessa operação, a polícia agora irá atrás das 36 famílias para que possam retornar as suas casas. "Sabemos que duas delas mudaram de estado. As demais estão espalhadas pelos bairros da capital. Porém, grande parte já foi identificada e vamos ajudar esse povo", disse o delegado Henrique Mesquita.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 10/06/2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

TJ admite erro e anula julgamento de Madeira

Ex-prefeito de Imperatriz havia sido condenado por improbidade administrativa, mas decisão foi anulada pelo Tribunal de Justiça "para que não haja cerceamento de defesa"

PAULO DE TARSO JR.

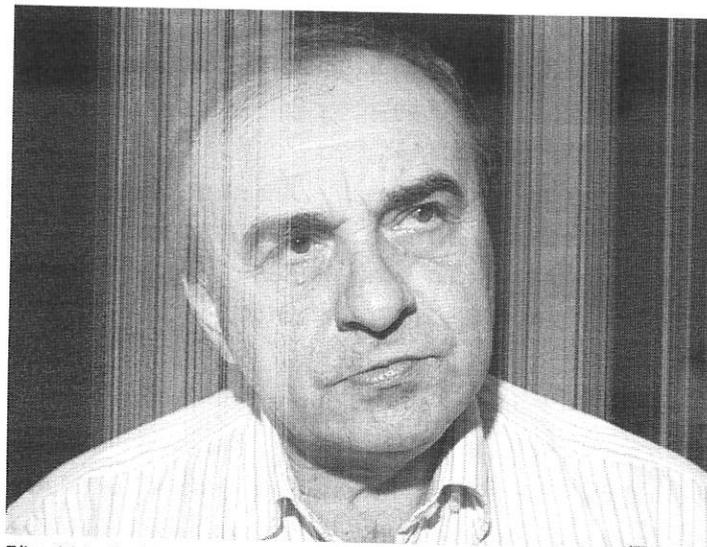
A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu anular o julgamento do ex-prefeito de Imperatriz Sebastião Madeira (PSDB), realizado no dia 18 de maio, após constatar um "equivoco". Na ocasião, havia sido mantida a condenação contra Madeira, acusado de atos de improbidade administrativa, o que resultou na suspensão dos direitos políticos dele por cinco anos. A empresa Limp Fort Limpeza Urbana Ltda também havia sido condenada.

Em entrevista a *O Imparcial*, logo após o julgamento de maio, Sebastião Madeira havia confirmado que iria pedir a anulação por considerar ter sido vítima de cerceamento de defesa. O ex-prefeito afirmou que a condenação tinha sido "injusta". O TJ reconheceu o equívoco e anulou o julgamento.

Em nota, o Tribunal de Justiça informou que o julgamento de Sebastião Madeira "foi equivocadamente incluído na pauta do dia 18 de maio". "Em razão da falta da regular intimação das partes antes do julgamento, a desembargadora Angela Salazar (relatora) decretou sua nulidade, para que os processos sejam reincluídos em pauta para nova apreciação, para que não haja cerceamento de defesa", diz nota do TJ.

O detalhe é que, no julgamento do dia 18 de maio, a desembargadora Angela Salazar chegou a dizer que "não houve o cerceamento de defesa alegado pelas partes, já que o juiz dispunha de dados suficientes à formação de seu livre convencimento para o julgamento antecipado da ação, bem como atentou para o princípio da razoabilidade e proporcionalidade na fixação das penas". Agora, a relatora decretou nulidade do julgamento.

Com a decisão, o julgamento do ex-prefeito Sebastião Madei-



Tribunal de Justiça do Maranhão vai remarcar julgamento do ex-prefeito de Imperatriz Sebastião Madeira



Tinha convicção que aquele grave equívoco seria reparado

Sebastião Madeira, ex-prefeito de Imperatriz

ra será remarcado. O Tribunal de Justiça ainda não definiu a nova data. Caso seja absolvido, Madeira poderá dar prosseguimento ao seu desejo de concorrer a uma vaga no Congresso Nacional. O experiente político é pré-candidato para deputado federal. O nome do ex-gestor chegou a ser cogitado para a disputa do Senado Federal, mas essa hipótese dependeria de "condições especiais", segundo ele próprio afirmou em entrevista a *O Imparcial*.

ENTENDA O CASO

A sentença – proferida pela juíza da Vara da Fazenda Pública, Ana Lucrecia Bezerra Sodre – também proibiu a empresa Limp Fort Engenharia Ltda de contratar com o Poder Público, de receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou Ação Civil Pública de Responsabilidade por Atos de Improbidade Administrativa contra Sebastião Madeira e a empresa Limp Fort Engenharia, alegando que o prefeito teria celebrado, indevidamente, contrato de prestação de serviços de limpeza urbana com a empresa, sem a realização de processo licitatório, sob a alegação de dispensa em razão da emergência da situação.

De acordo com o MPMA, a dispensa configurou burla (fraude) ao procedimento licitatório e violação aos deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, enquadrando-se nas condutas descritas pela Lei de Improbidade Administrativa.

O ex-gestor e a empresa recorreram da sentença, sustentando a sua nulidade por ausência de dosimetria, individualização e fundamentação das penas. Afirmaram a legitimidade e legalidade da conduta, com ocorrência da efetiva deflagração do processo licitatório, e defendendo a regularidade da contratação excepcional.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 12 / 06 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Homem é preso por agredir mãe

Gabriel Fernandes Machado foi preso após agredir a mãe de 55 anos, no bairro Jordoa

A polícia registrou mais um caso em que o filho agredia a mãe. Dessa vez, a situação foi registrada no bairro Jordoa, em São Luís, em que Gabriel Fernandes Machado, de 21 anos de idade, foi preso após agredir a mãe, Eneyda Maria Fernandes Machado, de 55 anos. A situação foi registrada na noite de sexta-feira, dia 9.

A prisão do suspeito foi feita por policiais da Patrulha Maria da Penha. Os policiais foram acionados pela vítima que decidiu denunciar as agressões que vinha sofrendo do próprio filho. Quando os PMs chegaram à sua residência, constataram que ela

estava com lesões no rosto, abdômen e pernas.

O agressor, Gabriel Fernandes, ainda tentou justificar as agressões, mas foi conduzido para o Plantão

Vítima chamou a polícia para se livrar das agressões

de Polícia Civil da Área Itaqui-Bacanga, localizado na Avenida dos Portugueses, mas ele foi autuado em flagrante pelo crime de violência doméstica. ■

Tenente coronel da PM atira em esposa e comete suicídio

Caso ocorreu na cidade de Barreirinhas; tenente coronel Miguel Neto matou a tiros Clodiany Carvalho; vítima já sofria agressões

O tenente coronel da Polícia Militar (PM Miguel Gomes Neto, ex-comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar (15º BPM), sediado na cidade de Bacabal, matou a tiros a esposa, Clodiany Carvalho Garcia, e depois recorreu ao suicídio. O caso aconteceu na manhã de ontem na cidade de Barreirinhas (distante aproximadamente 250 km de São Luís).

Há relatos de que os dois tinham discussões frequentes e que Clodiany

Carvalho constantemente sofria agressões físicas por parte do marido. O crime aconteceu após uma nova discussão do casal.

De acordo com o delegado Cristiano Morita, os policiais foram à residência onde os dois estavam, no centro de Barreirinhas, para atender a uma ocorrência de violência doméstica. Chegando à região, os policiais se depararam com o tenente-coronel Miguel Neto e a sua esposa.

Quando os policiais já estavam conduzindo o casal para a delegacia, o tenente-coronel Miguel Neto pegou a sua arma de fogo e desferiu alguns tiros contra Clodiany Carvalho. Logo em seguida, desferiu um tiro na cabeça e morreu no local. Os policiais que estavam no local não conseguiram evitar a ocorrência. A Polícia Civil investiga o caso.

Clodiany Carvalho era agente penitenciária e trabalhava no Comple-

xo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A maioria dos tiros atingiu a cabeça da vítima, que chegou a ser socorrida por um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) e trazida para São Luís, mas não resistiu aos ferimentos e morreu durante a tarde. Pelo seu corpo havia diversas marcas de agressões e hematomas, sinal de que a vítima era constantemente agredida pelo companheiro.

Problemas

O tenente-coronel Miguel Neto já havia estado em situações delicadas dentro da corporação onde atua. Em janeiro do ano passado, ele foi removido do comando do 15º BPM de Bacabal após sacar um revólver e apontar para o rosto de outro policial.

O caso foi registrado no dia 8 de janeiro de 2016. Na época, o então comandante geral da PM, comandante Marco Antônio Alves, afastou Miguel Neto do comando do 15º Batalhão da PM após ele ter agredido e ameaçado com uma pistola o cabo Ney Fernandes Bandeira e o advogado dele, que estava filmando uma conversa entre os dois policiais.

Um dia depois, o tenente-coronel Miguel Neto foi escoltado por uma equipe de policiais militares até o quartel do comando Geral da Polícia Militar, em São Luís, onde foi ouvido pela cúpula da instituição. Dias depois, ele foi nomeado chefe do estado maior da Polícia Militar, órgão de informação, estudo, concepção e planejamento para apoio à decisão de um comandante militar. ■



O casal teria relação conturbada